

Câmara *aprova* regulamentação da EC 29

A Câmara dos Deputados aprovou, por 291 votos a 111, e uma abstenção, o Substitutivo apresentado pelo Deputado Guilherme Menezes (PT-BA) ao Projeto de Lei Complementar (PLP) 001/2003 que regula a Emenda Constitucional 29. O PLP segue, agora, para o Senado. Se aprovado, naquela Casa, vai garantir mais recursos para a saúde, já a partir do orçamento de 2008. Foram necessários dois anos de negociações, manifestações políticas e atos públicos para que o Plenário da Câmara votasse o Projeto.

A regulamentação da Emenda 29 foi aprovada, depois que o Governo decidiu repassar, nos próximos quatro anos, mais R\$ 24 bilhões para a Saúde (R\$ 4 bilhões, em 2008; R\$ 5 bilhões, em 2009; R\$ 6 bilhões, em 2010; e R\$ 9 bilhões, em 2011). A proposta anterior do Governo era de liberar mais R\$ 23 bilhões para o setor, nos próximos quatro anos, de forma escalonada e usando mais recursos da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Com isso, em 2008, a União repassará R\$ 47 bilhões já previstos no Orçamento, mais os R\$ 4 bilhões, que são fruto de acordo.

A votação foi acompanhada pelo Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, que, à última hora, chegou com a proposta de mais R\$ 1 bilhão para o setor, que disse ter conseguido com a equipe econômica, ao final da tarde do dia da votação. Pela proposta aprovada, na Câmara, os Estados repassarão para a saúde 12% dos impostos arrecadados, e os Municípios, 15%.

DESVIO DE RECURSOS - Segundo o Deputado Darcísio Perondi (PMDB-RS), Presidente da Frente Parlamentar da Saúde (FPS), o

■ O PLP segue para o Senado. Se aprovado, naquela Casa, vai garantir mais recursos para a saúde, já a partir do orçamento de 2008. Forma de correção do orçamento não agradou à Frente Parlamentar da Saúde

FOTO: José Cruz/ABR



Plenário da Câmara vota, no dia 31/10, a regulamentação da Emenda Constitucional 29, que trata da aplicação de recursos em saúde

Projeto de Lei Complementar vai, ainda, fechar todas as brechas que permitem que os Estados usem dinheiro da saúde, por exemplo, para pagamento de aposentados, vacinação de gado contra febre aftosa, construção de estradas e restaurantes populares, e obras de saneamento. Segundo Perondi, só isso vai garantir mais R\$ 2,5 bilhões, a partir do próximo ano. Contudo, a forma de correção do orçamento da saúde não agradou à Frente Parlamentar da Saúde. “Mas ela, ainda, pode ser corrigida pelos senadores”, disse o Presidente da FPS.

A Frente Parlamentar considera que teve uma vitória parcial, pois fechou os desvios de recursos

por parte dos Estados, mas não conseguiu o montante de dinheiro para a saúde que pretendia. O texto original, defendido por todas as entidades ligadas ao setor de saúde e pela Frente Parlamentar, previa a correção do orçamento da saúde em 10% das receitas correntes, dispositivo que proporcionaria mais R\$ 25 bilhões para o próximo ano.

O Presidente da FPS salienta que a saúde precisa de mais recursos, já. “O próprio ministro Temporão afirmou que seriam necessários pelo menos R\$ 9 bilhões para o próximo ano”, ressaltou. A Frente anunciou que vai lutar para que o Senado restaure o texto original, ou consiga mais R\$ 4 bilhões para salvar o SUS.